

A Dinâmica Cultural e a Sobrevivência da Democracia

Helena Cidade Moura

A ânsia de melhorar, de afirmar, de renovar a Democracia, leva-nos a encontrar na esfera da acção que nos interliga, procedimentos que tonifiquem, diversifiquem e encorajem o bem precioso de viver num mundo em que se procurem: formas de igualdade e inteligente dinâmica de participação colectiva. Há 30 anos, o 25 de Abril permitiu que sentíssemos esse cheiro tranquilo da Liberdade.

Hoje vim aqui, a um Congresso da Democracia, como se nos reuníssemos para dar contas da Revolução do 25 de Abril.

Reconheço que o diagnóstico, que proponho, é demasiado complexo e difícil de sistematizar. Ele corresponde contudo a uma realidade observada e estudada por um número significativo de pessoas.

- *não soubemos criar dinâmica cultural,*
- *não soubemos abrir os caminhos:*
- *nem da inteligência social;*
- *nem da responsabilidade colectiva, nem do serviço público.*

As pessoas que fundaram a Civitas – Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos - tinham esse propósito, por isso convidaram para seu presidente, um Capitão de Abril que, pela sua formação, temperamento e entendimento da Democracia, melhor serviria os projectos de transformação interiorizada e os cenários de Dinâmica Cultural que era necessário criar: o coronel Vítor Alves

A Civitas, Associação de Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, criada em 1987, tem acompanhado de perto, as contradições, as inseguranças, as pressas, os atropelos, os saltos ilógicos ou apaixonados, que têm marcado, aquilo a que se tem chamado Política em Portugal.

Tem procurado viver as situações com a mesma tranquila seriedade, com que muitos dos seus membros viveram os tempos do fascismo.

O seu horizonte é a dignidade da vida humana.

Por infeliz coincidência, este Congresso tem lugar em plena Crise de Desemprego, em mais uma Crise de Emprego.

Mais uma vez o Estado, os Empresários, os chamados Empregadores falham as suas obrigações para com o País e para com os seus habitantes. E estas crises equivalem a fortes crises de depressão moral e económica e resultam, em grande parte, de uma falha grave das elites portuguesas, marcadas pela iliteracia fundamental que atinge também responsáveis sociais e políticos que não conseguem prever, nem interligar, nem aprenderam ainda a raciocinar, na base de causas e consequências.

Estando, de facto, consignado há mais de 50 anos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito ao Trabalho e, tendo nós tido a possibilidade, graças à Revolução do 25 de Abril, de integrar esse Direito na letra e no espírito da Constituição da República Portuguesa, o Trabalho está longe de ter a luminosidade do exercício de um Direito.

O desemprego sistemático funciona sobretudo como um **corte com a Sociedade** e todas as acções que se façam, no sentido de minorar as

consequências desse corte, aumentam a **situação de diferença**, aumentam a situação de humilhação, enfraquecem o tecido social, paradoxalmente a sensação de quebra do laço social.

As medidas de protecção ao Desempregado são tão necessárias, quanto destruidoras da Coesão Social.

Didier Dumazier no cap.V de *La sociologie du Chômage* fala do Desemprego como um “**traumatismo profundo que toca a vida individual, familiar e social: negação de qualquer reconhecimento, indignidade, destruidor da identidade (...)**”E acrescenta:

“-O desemprego é vivido como:

- perca de estatuto social,
- agente destruidor de qualquer reconhecimento social,
- agente destruidor das funções sociais assumidas pelo indivíduo. Fim da vida social”

A forma como o desemprego é vivido relaciona-se com o significado que o emprego tenha tido para o indivíduo, e aquilo que ele representava na sua integração social.

Ser desempregado, não se define apenas pela ausência de emprego, é, em si, uma categoria vivida de forma diferenciada pelos indivíduos. É uma situação que cria uma vivência dialéctica: com os mecanismos de discriminação, com as expressas ou ocultas reivindicações pessoais, com as estratégias institucionais, desencadeadas para socialmente **suprir** a uma situação que o próprio pretenderia **apenas ignorar**.

A nossa experiência (refiro-me à Civitas, onde trabalho há mais de 15 anos, mesmo antes de se chamar Civitas), de trabalho directo com desempregados, com trabalhadores brancos, negros, estrangeiros, em situação visível de exclusão social, resultante da emigração, desprofissionalização e da pobreza, Trabalhadores, muitas vezes habitantes de bairros degradados, ou gelados por um realojamento frio que matou o sonho de uma casa, tal como eles a imaginavam, constituem uma experiência que nos leva à conclusão, a mais das vezes, de corte do laço social, e aponta para a exclusão.

A situação que se coloca, é uma situação de ruptura, entre o tecido social e as necessidades do País, num quadro europeu, no âmbito dum desenvolvimento humanista, ao qual as novas tecnologias e os novos objectivos de coesão social **trouxeram a exigência de um contexto mais adequado e mais participado**.

A busca desse contexto levou-nos ao convívio com um potencial imenso de mudança, que nos foi aproximando da verificação de hipóteses teóricas fundamentais no pensamento de Chombart de Lauwe. Diz ele:

A crise económica é também uma crise cultural, na medida em que as escolhas de desenvolvimento, que estão na origem dos erros de orientação, são fundamentadas em sistemas de representação e de valores, sobre as concepções do mundo, sobre as ideologias que recusam, em geral, mas de formas diversas, reconhecer nos factos, os direitos humanos e dos povos, mesmo se, em palavras, os defendem.

A análise das transformações técnicas, económicas e sociais mostra que os processos de decisão intervenientes dependem também dos elementos culturais e ideológicos.

Nestas linhas se inserem também as conclusões da intervenção de Jacques Delors, em 1993. Diz ele: *Em conclusão, eu queria dizer que vim aqui porque era meu dever, porque evidentemente é meu dever estar ao lado dos que lutam contra a exclusão, mas também porque eu penso que o modelo europeu de sociedade está ameaçado. Está ameaçado do exterior pela nova divisão internacional do trabalho que não dominamos, porque não temos regras de um jogo que concilie solidariedade interna e solidariedade externa, está ameaçado internamente porque o modelo, indispensável em si mesmo, na sua configuração actual, é impotente para lutar vitoriosamente contra a exclusão.*

Estas palavras, que culminam uma intervenção muito cuidada, com a consciência política da ineficácia em criar acidentalmente desequilíbrios, são um documento que dá especiais responsabilidades ao nosso esforço, porque partem de um político das coisas reais e que leva a sua análise, até à impreparação individual, para resolver os profundos problemas geradores de crises sistemáticas, que em geral correspondem a crises de Literacia dos decisores, incapazes de organizarem o espaço social, em bases suficientemente gerais, sólidas, duradouras e suficientemente integradoras do capital humano e técnico que precisam para permanecerem duradouras.

Neste momento do nosso percurso impera a reflexão social sobre a **Literacia**, que vimos fazendo há anos porque entendemos que é um problema nacional, que obriga ao empenhamento, de todos que tem contacto com o colectivo e especial responsabilidade social.

A literacia vai ser definida por Magalhães Mota, sob a presidência de Guilherme Oliveira Martins, como um **Direito Fundamental**, no dia 9 de Dezembro às 18h, na Fundação Mário Soares. Trouxemos folhetos de convite que estão à vossa disposição.

A Iliteracia

É um assunto tão grave que não pode ser omitido, hoje, em nenhuma reunião conjunta feita em nome da Democracia

Do *Programa Internacional da OCDE para Seguimento das Aquisições dos alunos PISA 2.000*, retiramos alguns extractos para reflexão; diz o Relatório do PISA.: **«O conceito de literacia foi adoptado para sublinhar que o PISA se ocupa da avaliação de um leque de competências que se estende muito para além da noção histórica de alfabetização.**

A literacia é medida como um factor permanente, e não como um valor presente ou ausente num indivíduo»

«A aquisição de conhecimentos e competências é um processo que se estende ao longo da vida e que se constrói não somente na escola, ou durante a aprendizagem oficial, mas igualmente através de interacções com os vizinhos, colegas, e outros membros da colectividade.

Não se pode esperar de jovens de 15 anos que tenham aprendido tudo o que lhes será necessário saber quando forem adultos :

- **devem possuir sólidos conhecimentos fundamentais em leitura, em matemáticas e em ciências;**
- **devem também entender os processos elementares e os princípios fundamentais, aplicá-los com facilidade em diferentes situações para poderem prosseguir a sua aprendizagem nestes três domínios;**

- **devem ser capazes de pôr os seus conhecimentos em prática no mundo real.»**

«É por isso que o PISA, mais do que avaliar a aquisição de conhecimentos específicos, **avalia a aptidão para realizar tarefas que se inscrevam em situações da vida real e que sejam dependentes duma compreensão aprofundada de conceitos fundamentais.**

«Para além da avaliação das competências ligadas aos três domínios principais, (leitura, matemática, ciências) o PISA tenta progressivamente medir as competências, para além dos limites das diferentes disciplinas.»

Porque é fundamental que façamos a avaliação da situação portuguesa para termos a noção expressa em números comparativos, da nossa situação de desenvolvimento intelectual/social, no quadro da Europa, diz o PISA:

«A leitura é cada vez mais um pré-requisito essencial para o sucesso das sociedades actuais: o interesse, a atitude e a capacidade dos indivíduos para aceder à informação escrita, para a gerir, integrar, avaliar e sobre ela reflectir, estão na base da sua plena participação na vida moderna.

O inquérito Pisa construiu uma escala de competência em leitura que resume a competência da **pessoa**, em função de diversas componentes, da compreensão do que está escrito. A média das pontuações na escala é de 500 para os países da OCDE e 2/3 dos alunos destes países obtêm pontuações entre 400 e 600.

«Para facilitar a interpretação, a escala está dividida, em 5 níveis de competência, representando:

- O nível 1, os alunos que sentem sérias dificuldades para utilizar a leitura, como meio de progredir, de alargar os seus conhecimentos e as suas competências noutros domínios;

- O nível 5 representa os alunos que podem: gerir a informação apresentada em textos que lhes são pouco familiares, demonstrar uma compreensão pormenorizada de textos complexos e inferir informação apropriada para uma dada tarefa, avaliar de modo crítico e fazer hipóteses, podendo tirar partido de um saber e de conceitos especializados que podem ser contrários ao que se esperava.» «Estes vários níveis resultam da avaliação feita, pelo PISA, da compreensão do escrito.

O quadro que se segue representa o estágio do país face aos níveis de compreensão escrita que inclui:

o nível de encontrar a informação, (já explicitado)

o nível de interpretar o texto

o nível de reflectir sobre o conteúdo do texto»(2)

(2)-in *Connaissance et Compétence. Des Atouts pour la Vie. Premiers résultats de PISA 2000, OCDE 2001*

Quadro1-Distribuição das competências dos alunos (%)

Situação de Portugal face a alguns países da Europa (2001)

Nível	Finlân	Inglat	Fran	Espa	Itália	Irlan	Bélg	Gréci	Alem	Port
-------	--------	--------	------	------	--------	-------	------	-------	------	------

	dia%	erra.%	ça%	nha%	%	da%	ca%	%	a nha %	u gal %
0	2	4	4	4	5	3	8	9	10	10
1	5	9	11	12	14	8	11	16	13	17
2	14	20	22	26	26	18	17	26	22	25
3	29	27	31	33	31	30	26	27	27	27
4	32	24	24	21	19	27	26	17	19	17
5	18	16	8	4	5	14	12	5	9	4

Como nos informa o PISA, os níveis indicam complexidades crescentes: a partir do nível 0

«O Instituto de Estatística da UNESCO, no seu relatório – **Competências para o Mundo de Amanhã** - mostra também variações nos níveis de conhecimentos e de competências entre os alunos, as escolas e os países, e pergunta-se:

«**Estão os alunos bem preparados para os desafios do futuro? Serão eles capazes de analisar, de raciocinar e de comunicar eficazmente as suas ideias? Estarão aptos para continuar a aprender ao longo de toda a sua vida?**

São estas perguntas que os Pais, os alunos, o público e os responsáveis pelos sistemas educativos não cessam de se colocar.»

São também estas as perguntas que temos de colocar, ao observarmos o quadro experimental que criamos para esta reflexão e ao verificarmos que Portugal é o único dos dez países europeus que escolhemos que, ao mesmo tempo, marca o 1º lugar dos países com mais alunos no nível 0 e o último lugar nos países com alunos no nível 5.

Portugal

A leitura **deste quadro1** (pag6) coloca Portugal no fim da escala dos países da Europa e atinge o cerne da Democracia

Se analisarmos estes dez países da Europa, que consideramos, arbitrariamente, mais próximos da nossa história e da nossa cultura, verificamos que Portugal se coloca no topo dos países que tem apenas um nível de percepção imediata, ao mesmo tempo que apresenta o nível mais baixo de capacidade conceptual.

Se organizarmos o quadro, comparando a soma dos 3 níveis de competência, verificamos que Portugal vinca a sua posição de País mais empobrecido literariamente, porque não só está entre os que apresentam número mais elevado nos níveis mais baixos, como sobretudo é aquele país que tem menor percentagem no nível mais elevado... **tem menos de metade da Finlândia.**

Quadro 2-Níveis de Competência -Valores agrupados (%)

Níveis	Finlândia	Inglatera	França	Espanha	Itália	Irlanda	Bélgica	Grécia	Alemanha	Portugal
0+1	7	13	15	16	19	11	19	25	23	27
2+3	43	47	53	59	57	48	43	53	49	52
4+5	50	40	32	25	24	41	38	22	28	21

Ainda bastante revelador será comparar os níveis 0 e 5, em países como a Finlândia, a Inglaterra, a Irlanda que apresentam percentagens mais altas no nível 5, e as mais baixas no nível 0, respectivamente: 18/2; 16/4; 14/3.

Somos obrigados, com a rapidez que urge, a passar duma Escola selectiva e competitiva, criada por valores sociais e objectivos económicos que se revelaram errados, e pô-la ao serviço dum desenvolvimento que integre todas as energias sociais e faça participar todos os seus membros na transformação social.

Uma Escola iluminada pela Dinâmica Cultural e objectivada na interacção institucional.

É urgente criar novas legitimidades, através de novas estratégias que enriqueçam a dinâmica social.

É este o nosso horizonte educativo

O Dr. João Salgueiro, economista e humanista alertou:

«Não é possível imaginar que um sistema educativo possa funcionar sem ajudar a construir o futuro, sem ajudar a preparar as gerações para as grandes mutações que vão ter lugar. Temos sobrevivências, na realidade portuguesa, de instituições e de ideias diagnosticadas há décadas e que deviam ter sido já ultrapassadas. Algumas não o foram e outras têm-se vindo a agravar»

Noutro campo, uma excelente análise na fundamentação de um Plano Nacional de Emprego, feita pelo Secretário de Estado, Paulo Pedroso, chamava a nossa atenção para as dificuldades duma realidade, enfraquecida pelo fascismo:

“Porque somos, ainda – dizia o Secretário de Estado Dr Paulo Pedroso, no PNE – o País que herdamos e que está na vida de muitos concidadãos nossos, o País em que 76% da população activa não teve acesso a mais de 9 anos de escolaridade, O País em que muitos concidadãos trabalharam toda a sua vida por salários miseráveis e sem uma protecção social adequada, que se reflecte no nível de protecção social de que pode beneficiar na velhice.”

“Até porque Portugal – considera ainda o então Secretário de Estado Prof. Paulo Pedroso no PNE – tem uma saída para ser um país mais competitivo, pela via da exploração de uma fractura geracional significativa.(...)”

“Podemos concentrar a nossa competitividade no destino profissional desse segmento e remeter para uma segunda linha de preocupação todos os outros.

Não creio que fosse um caminho justo, mesmo que fosse possível. “

“Também por isso o desenvolvimento de competências que me preocupa não é apenas o dos segmentos modernos, mas a melhoria das competências básicas do conjunto da população. Também por isso acho que há uma grande batalha colectiva por um Portugal mais competente, no sentido dum país de pessoas mais educadas, mais informadas, mais capacitadas cívica e profissionalmente.”

“Tal só acontecerá – diz ainda – se a causa do desenvolvimento das competências for uma causa nacional. Se entendermos que é uma questão de

cidadania, ou se quiserem, mesmo de Democracia, que é o regime em que a cidadania se realiza”

Assim o Plano Nacional de Emprego liga: “a necessidade de desenvolver competências com a política de emprego e com a melhoria radical das condições de cidadania do País.”

É este ponto de vista que nos leva a integrar a actividade de terreno no esforço: de promoção dos direitos, de conquista do espaço público, de aquisição da expressão, de fortalecimento dos laços sociais.

Procuramos actuar fora dum estilo folclórico, que dificilmente se desliga duma concepção errada dos papéis sociais e muitas vezes inferioriza, aquele que queremos valorizar. Procuramos, desde o primeiro contacto, uma relação de cidadania e de serviço, alicerçada na troca de saberes, na responsabilidade fraterna de uma aprendizagem – ensino, de um enorme rigor.

Assim esforçamo-nos por não confundir a formação de trabalhadores em situação precária, com uma simples profissionalização.

Entendemos que a aquisição dum saber está intimamente ligada a um reestruturar da personalidade, a uma modificação da participação colectiva, a uma reinserção social.

No caso dos excluídos, ou dos que estão em processo de exclusão, o bloqueio, ou mesmo a destruição do espaço social, a dificuldade de auto-afirmação impedem este processo de trocas que alicerça a aprendizagem e a torna num simples exercício formal que vai aumentar muitas vezes a solidão e a consciência da exclusão.

A nossa experiência de quinze anos, e de mais de milhar e meio de estagiários, acompanhados nos cursos, levou-nos a valorizar, como forma de inserção pessoal do excluído, o ensino recorrente nocturno oficial, completado pelos Espaços Pedagógicos e pelos Espaços de Emprego. Estes Espaços funcionam como complemento, tornando menos árdua a Escola Nocturna e fornecendo um acréscimo de conhecimentos de ordem social e intelectual; gerando segurança, sentido de pertença, valorizando o esforço escolar, possibilitando a posse da cidadania.

A Escola nocturna tem potencialidades para ser uma grande área de socialização, de fortalecimento da auto-estima, de criação de laços sociais; deve ser por isso pedra fundamental para uma abertura do indivíduo ao mundo da CIDADANIA.

A Escola nocturna deve ser valorizada, diversificada e os seus professores, especialmente compensados e com formação adequada, porque ela é talvez a única instituição de momento, teoricamente apetrechada, para estabelecer a coesão social indispensável, para vencer os nossos problemas estruturais.

O Estatuto de Trabalhador Estudante deve ser cumprido e possivelmente enriquecido. O cartão de trabalhador-estudante deve ser socialmente prestigiante, dar garantias de participação, eventualmente através duma política de descontos, de regalias na área cultural, e outros incentivos.

A inscrição num curso nocturno deve ser contratual e exigir cumprimento de parte a parte. O régimen de faltas, por exemplo, deve ser rigoroso para alunos e professores. Os cursos devem ser animados através da intervenção da sociedade civil e da comunicação cultural. O

Professor do Ensino nocturno deve ter estatuto, obrigações e recompensas específicas.

O acompanhamento psicológico e das estruturas locais de Emprego impõem-se.

O trabalho que gera cidadania, é o trabalho libertador e criativo, a simples tarefa a cumprir pode ter um valor de lenta consciencialização, se nela não intervier, nem a agressividade, nem o bloqueio psico-sociológico.

Por tudo isto, a proposta recente de diminuir o orçamento do Ministério da Educação, porque vão fechar escolas de 1º Ciclo tem um som de dobre a finados.

No país com a mais baixo nível de Literacia, com mão-de-obra não especializada, com o nível salarial dos mais baixos da Europa...sobram espaços escolares, sobram professores, porque faltam sobretudo elites responsáveis e letradas, capazes de olharem em volta e de construírem responsabilmente o quotidiano.

Elites capazes de dinamizarem o espaço público, de criarem sede de saber e de entender.

Elites que se esquecem do que devem ao País e vêm para Lisboa... «servir votos ao Fulgêncio...», como disse Eça na *Ilustre casa de Ramires*, ou ainda... deixando que Eça de Queiroz comemore connosco este 25 de Abril, ouçamo-lo, neste seu desabafo:

«Ora sabem quantos Cursos Nocturnos havia em Portugal, em 1862?- 62!

Em Itália, país de população apenas quintupla, e cuja instrução se arrasta vagarosamente, havia – 5.000!

Sabem quanto todos os municípios juntos, os trezentos municípios do País, dão para os Cursos Nocturnos, suprema facilitação da instrução? 1.200\$000 reis !

Sabem quanto dá o Estado para esses 62 cursos? 240\$000 reis para os Cursos nocturnos! 3\$890 reis a cada curso! Pouco mais de 3 quartinhos! É com estas despesas desvairadas que se fazem as bancarrotas desastrosas!

Mas não é tudo! Em 1867, o Ministro do Reino promoveu energicamente a criação de Cursos Nocturnos. FEZ-SE UM ESFORÇO ARQUEJANTE, e conseguiu-se, depois de meses prolongados, criar 545 cursos! As Câmaras, num primeiro entusiasmo, prometeram magnanimamente, para auxiliar estas criações – 12000\$000 reis. Pois bem, sabem o que sucedeu? Meses depois, as Câmaras negaram-se a continuar as dotações!

Algumas mesmo não chegaram nunca a pagá-las!

Outras não quiseram satisfazer ao professor os Ordenados já vencidos!

Num distrito, no bestial distrito de Évora, dos 18 cursos nocturnos que se abriram, restavam apenas, meses depois, 3!

No distrito de Coimbra (oh! Lusa Atenas!) de todos os Cursos que havia, não restava, passados meses – nenhum!

Ultimamente, em Peniche, os Cursos Nocturnos eram frequentados por 700 alunos. A hedionda Câmara fechou-os todos!

Dos 545 cursos que se conseguiram criar em 1867, restam menos de 100!

Que lhes parece, meus senhores, esta singular infâmia?

Oh, nossa Pátria! Deus na sua justiça te dê uma boa e feroz tirania, que te deite nas palhas das cadeias, te vergaste nos velhos pelourinhos que ainda existam, e te enforque nas traves apodrecidas das forcas do outrora!

Felizmente hoje já se entendeu que o Poder Local é um agente de transformação do País e que a ligação ao Poder Local é uma questão de Liberdade e que a grande percentagem de autarcas são homens e mulheres, capazes de ajudarem a construir a democracia e a viver a cidadania.

Lembro-me há 30 anos, quando populações e soldados se misturavam, para abrir um caminho, construir um infantário, um lar de idosos, ou concertar e pintar as paredes de uma Escola. E isto acontecia em Cascais ou em Trás-os-Montes.

Esse espírito está vivo, é só preciso cultivá-lo.

As Bibliotecas que as Câmaras aguentam é prova disso, é só preciso que também elas não deixem fechar Escolas e, com criatividade, consciencializem que na Europa as Escolas não fecham às 15 horas, quando as crianças se vão embora, ficam de portas abertas, porque há crianças que têm de estudar, enquanto os Pais trabalham, porque há adultos que precisam de estudar, de se profissionalizar, porque um espaço de convívio e de cultura, é uma mais valia que escurece o Mundo, quando fecha as portas, em pleno dia.

Precisamos em absoluto da Lucidez dos Cidadãos. O Governo acaba de diminuir o orçamento da educação porque fecharam Escolas. Esse dinheiro sagrado deve ser rapidamente recuperado, para enriquecimento do espaço público ao serviço do cidadão.